1. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação

Maria Cecilia Mollica

Linguística e Sociolinguística:

A Sociolinguística é uma das subáreas da Linguística e estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, voltando a atenção para um tipo de investigação que correlaciona aspectos linguísticos e sociais. Esta ciência se faz presente num espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, focalizando precipuamente os empregos linguísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo.

A heterogeneidade como foco:

Todas as línguas apresentam um dinamismo inerente, o que significa dizer que elas são heterogêneas. Encontram-se assim formas distintas que, em princípio, se equivalem semanticamente no nível do vocabulário, da sintaxe e morfossintaxe, do subsistema fonético-fonológico e no domínio pragmático-discursivo. O português falado no Brasil está repleto de exemplos.

No sul do país, o pronome "tu" é o tratamento preferido quando o falante interage com o ouvinte, encontrando-se em menor escala em outras regiões e evidenciando uma diferenciação geográfica, em que os pronomes de tratamento distribuem-se em sistemas variacionais diferentes. A presença de marcas de concordância nominal e verbal como em "os estudos sociolinguísticos" e "eles estudam Sociolinguística" em geral alterna-se com a possibilidade de ocorrência de enunciados em que tais marcas estão ausentes: "os estudo sociolinguístico", "eles estuda Sociolinguística". A realização de "framengo", "andano", "Otá”, "fala", "para" é encontrada no português do Brasil coexistindo com "flamengo", "andando", "está", "falar", "palha". Construções sintáticas como "eu vi ele ontem", "nós fomos no Maracanã", "é o tipo de matéria que eu não gosto dela", "a Linguística, ela é muito difícil" estão presentes no português do Brasil (PB), alternando com os equivalentes semânticos "eu o vi ontem", "nós fomos ao Maracanã", "é o tipo de matéria de que eu não gosto", "a Linguística é muito difícil".

Esses são alguns exemplos que ilustram a variabilidade linguística, presente em todas as línguas naturais humanas. A Sociolinguística considera em especial como objeto de estudo exatamente a variação, entendendo-a como um princípio geral e universal, passível de ser descrita e analisada cientificamente. Ela parte do pressuposto de que as alternâncias de uso são influenciadas por fatores estruturais e sociais. Tais fatores são também referidos como variáveis independentes, no sentido que os usos de estruturas linguísticas são motivados e as alternâncias configuram-se por isso sistemáticas e estatisticamente previsíveis.

Áreas de interesse da Sociolinguística:
São muitas as áreas de interesse da Sociolinguística: contato entre as línguas, questões relativas ao surgimento e extinção linguística, multilinguismo, variação e mudança constituem temas de investigação na área.

O fenômeno da diversidade linguística em cada sistema é diferente do que entendemos por multilinguismo. Um país pode conviver com mais de uma língua, como é o caso do Brasil: somos plurilingues, pois, além do português, há em nosso território cerca de 180 línguas indígenas, de comunidades étnico-culturalmente diferenciadas, afora as populações bilingues que dominam igualmente o português e línguas do grupo românico, anglo-germânico e eslavo-oriental, como em comunidades multilingues português/italiano, português/espanhol, português/alemão, português/japonês. A linguística volta-se para todas as comunidades com o mesmo interesse científico e a Sociolinguística considera a importância social da linguagem, dos pequenos grupos socioculturais a comunidades maiores. Se cada grupo apresentasse comportamento linguístico idêntico, não haveria razão para se ter um olhar sociolinguístico da sociedade.

O papel da mudança linguística é fundamental para os estudos sociolinguísticos. Os problemas teóricos envolvidos referem-se aos processos de encaixamento, avaliação e implementação. Antes de tudo, o linguista deve compreender como se caracteriza uma determinada variação de acordo com as propriedades da língua, verificar seu status social positivo ou negativo, entender o grau de comprometimento do fenômeno variável no sistema e determinar se as variantes em competição acham-se em processo de mudança, seja no sentido de avanço, seja no de recuo da inovação. Em última análise, deve definir se o caso é de variação estável ou de mudança em progresso, conceitos explicitados e ilustrados em alguns capítulos deste livro.

Variantes e variáveis
Avariação linguística constitui fenômeno universal e pressupõe a existência de formas linguísticas alternativas denominadas variantes. Entendemos então por variantes as diversas formas alternativas que configuram um fenômeno variável, tecnicamente chamado de variável dependente. A concordância entre o verbo e o sujeito, por exemplo, é uma variável linguística (ou um fenômeno variável), pois se realiza através de duas variantes, duas alternativas possíveis e semanticamente equivalentes: a marca de concordância no verbo ou a ausência da marca de concordância.

Uma variável é concebida como dependente no sentido que o emprego das variantes não é aleatório, mas influenciado por grupos de fatores (ou variáveis independentes) de natureza social ou estrutural. Assim, as variáveis independentes

ou grupos de fatores podem ser de natureza interna ou externa à língua e podem exercer pressão sobre os usos, aumentando ou diminuindo sua frequência de ocorrência.

Vale frisar que o termo "variável" pode significar fenômeno em variação e grupo de fatores. Estes consistem nos parâmetros reguladores dos fenômenos variáveis, condicionando positiva ou negativamente o emprego de formas variantes. As variantes podem permanecer estáveis nos sistemas (as mesmas formas continuam se alternando) durante um período curto de tempo ou até por séculos, ou podem sofrer mudança, quando uma das formas desaparece. Neste caso, as formas substituem outras que deixam de ser usadas, momento em que se configura um fenômeno de mudança em progresso.

Cabe à Sociolinguística investigar o grau de estabilidade ou de mutabilidade da variação, diagnosticar as variáveis que têm efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos linguísticos alternativos e prever seu comportamento regular e sistemático. Assim, compreende-se que a variação e a mudança são contextualizadas, constituindo o conjunto de parâmetros um complexo estruturado de origens e níveis diversos. Vale dizer, os condicionamentos que concorrem para o emprego de formas variantes são em grande número, agem simultaneamente e emergem de dentro ou de fora dos sistemas linguísticos.

A partir de um esquema geral, uma classificação da natureza dos fatores atuantes na variação configura-se como se segue. No conjunto de variáveis internas, encontram-se os fatores de natureza fonomorfossintáticos, os semânticos, os discursivos e os lexicais. Eles dizem respeito a características da língua em várias dimensões, levando-se em conta o nível do significante e do significado, bem como os diversos subsistemas de uma língua. No conjunto de variáveis externas à língua, reúnem-se os fatores inerentes ao indivíduo (como etnia e sexo), os propriamente sociais (como escolarização, nível de renda, profissão e classe social) e os contextuais (como grau de formalidade e tensão discursiva). Os do primeiro tipo referem-se a traços próprios aos falantes, enquanto os demais a características circunstanciais que ora envolvem o falante, ora o evento de fala.

Neste livro, aprofundam-se as questões relativas ao comportamento dos grupos de fatores com relação a fenômenos variáveis ou em mudança. Alguns capítulos destinam-se a detalhar didaticamente os aspectos concernentes a algumas das variáveis independentes possíveis que contextualizam os fenômenos variáveis.

No entanto, a complexidade dos condicionamentos da variação não permite a previsão de todos os tipos de agentes correlacionados às variantes linguísticas. A explicação didática do efeito das variáveis independentes (ou grupo de fatores) é

um artificio aqui utilizado que não reflete evidentemente a atuação simultânea da rede de fatores que interage na variação linguística.

A contraparte fixa da língua, heterogeneidade e unidade:
Todo sistema linguístico encontra-se permanentemente sujeito à pressão de duas forças que atuam no sentido da variedade e da unidade. Esse princípio opera por meio da interação e da tensão de impulsos contrários, de tal modo que as línguas exibem inovações mantendo-se, contudo, coesas: de um lado, o impulso à variação e possivelmente à mudança; de outro, o impulso à convergência, base para a noção de comunidade linguística, caracterizada por padrões estruturais e estilísticos. Assim, as línguas apresentam as contrapartes fixa e heterogênea de forma a exibir unidade em meio à heterogeneidade. Note-se que isso só é possível porque a dinamicidade linguística é inerente e motivada. Prova-se como é equivocado o conceito estruturalista de variantes livres, ao ser demonstrado que a variação é estruturada de acordo com as propriedades sistêmicas das línguas e se implementa porque é contextualizada com regularidade.

Por isso, a variação linguística pode ocorrer nos eixos diatópico e diastrático. No primeiro, as alternâncias se expressam regionalmente, considerando-se os limites físico-geográficos; no segundo, elas se manifestam de acordo com os diferentes estratos sociais, levando-se em conta fronteiras sociais. Assim, tradicionalmente, concebe-se uma ecologia linguística do ponto de vista horizontal, com a constituição de comunidades geográficas com base em marcadores regionais; e do ponto de vista vertical, com a geração de padrões por meio de indicadores sociais. A recorrência da atuação de parâmetros condicionadores resulta na sistematicidade da variação de tal modo que se originam padrões preditivos mensuráveis probabilisticamente.

A tradição dialetológica discretizou consideravelmente os padrões sociolinguísticos, distinguindo de forma rígida variedades como "padrão culto", “padrão popular" e "falar regional". Note-se que, além de traços descontínuos, identificados nos polos rural e urbano, devem ser levados em conta recursos comunicativos próprios de discursos monitorados e não monitorados. O grau de isolamento geográfico e social concorre para a gama de traços que definem uma estratificação descontínua, assim como as relações sociais, as características das redes sociais e o grau de relação do falante ao meio. São considerados também os estilos formais e informais na fala e na escrita em conformidade com o controle e o monitoramento da produção linguística, além do plano da enunciação e de considerar-se o grau diferenciado de envolvimento dos falantes nos diversos gêneros discursivo-textuais. Desse modo, incorporam-se questões como a escolha do estilo que se impõe ao falante para acomodar-se ao seu interlocutor, o apoio contextual na produção dos enunciados, o

grau de complexidade cognitiva exigida no tema e a familiaridade do falante com a tarefa comunicativa realizada.

Qualquer que seja o eixo, diatópico/geográfico, diastrático/social, ou de outra ordem, a variação é contínua e, em nenhuma hipótese, é possível demarcarem-se nitidamente as fronteiras em que ela ocorre. É preferível falar em tendências a empregos de formas alternantes motivadas simultaneamente por condicionamentos diversos.

Sistematicidade, legitimidade e estigmatização:
Numa perspectiva científica, cabe assinalar que todas as manifestações linguísticas são legítimas e previsíveis, ainda que exista flutuação estatística. Embora os julgamentos de valor não se apliquem, os padrões linguísticos estão sujeitos à avaliação social positiva e negativa e, nessa medida, podem determinar o tipo de inserção do falante na escala social.

Estigmatização linguística e mobilidade social constituem temas de interesse aos sociolinguistas. Em princípio, estruturas de maior valor de mercado que recebem avaliação positiva parametrizam-se com grau alto de monitoramento e de letramento. Maior sensibilidade, percepção e planejamento linguístico são, via de regra, pré-condição à produção das formas de prestígio e disposição adequada para eliminarem-se estigmas sociolinguísticos na fala ou na escrita.

Os sociolinguistas têm-se voltado para a análise dessas relações, e o preconceito linguístico tem sido um ponto muito debatido na área, pois ainda predominam as práticas pedagógicas assentadas em diretrizes maniqueístas do tipo certo/errado, tomando-se como referência o padrão culto. As línguas, em geral, apresentam uma diversidade que se distribui em continuum, da qual o falante adquire primeiro as variantes informais e, num processo sistemático e paulatino, pode vir a apropriar-se de estilos e gêneros mais formais, aproximando-se das variedades cultas e da tradição literária.

Toda língua, portanto, apresenta variantes mais prestigiadas do que outras. Os estudos sociolinguísticos oferecem valiosa contribuição no sentido de destruir preconceitos linguísticos e de relativizar a noção de erro, ao buscar descrever o padrão real que a escola, por exemplo, procura desqualificar e banir como ex-pressão linguística natural e legítima.

Adotando uma metodologia:
Como toda área de conhecimento, a Sociolinguística oferece diferentes modelos teórico-metodológicos para a análise da variação e da mudança. Este livro apresenta a maneira como a abordagem da Teoria da Variação instrumentaliza a

análise sociolinguística, cujo precursor é o linguista William Labov. Esta é a linha adotada, em função de ser considerada teoricamente coerente e metodologicamente eficaz para a descrição da língua em uso numa perspectiva sociolinguística. Não se exclui, porém, a relevância e a contribuição importante de outros diferenciais de análise.

Portanto, todos os capítulos que compõem a presente publicação orientam paulatina e gradualmente o leitor no treinamento em direção à prática da análise correlacional de base quantitativa, tipicamente laboviana. Aqui estão expostos os postulados conceituais necessários, tabelas, gráficos e figuras que são importantes para orientar o trabalho no âmbito teórico-metodológico adotado, além de diretrizes para a adequada interpretação de resultados.

5. O dinamismo das línguas
Anthony Julius Naro

Introdução:
Todos sabemos que as línguas mudam com o tempo. Basta compararmos o português com o latim, ou até com o próprio português da época medieval, para notarmos diferenças em todos os níveis, desde a semântica até a sintaxe, passando pela fonologia, pelo léxico, pela morfologia, etc.

Esta mudança a longo prazo, através dos séculos, não se processa de maneira instantânea ou abrupta, como se numa determinada manhã a população inteira acordasse falando de maneira diferente da do dia anterior. De fato, as mudanças linguísticas normalmente se processam de maneira gradual em várias dimensões. Nos eixos sociais, por exemplo, os falantes mais velhos costumam preservar mais as formas antigas, o que pode acontecer também com as pessoas mais escolarizadas, ou das camadas da população que gozam de maior prestígio social, ou ainda de grupos sociais que sofrem pressão social normalizadora, a exemplo do sexo feminino de maneira geral, ou das pessoas que exercem atividades socioeconômicas que exigem uma boa apresentação para o público. E mesmo uma única pessoa pode escolher uma forma mais conservadora numa situação formal, preferindo outra forma mais atual em conversa informal.

Os eixos da própria estrutura linguística não são diferentes: num dado momento do processo de mudança, certos itens lexicais ou determinadas estruturas podem ser mais propensos a mudar, a exemplo da espirantização das sibilantes no Rio de Janeiro, praticamente limitada aos itens mesmo [mehm"] e gente [henf'] no momento atual.

Concluímos, então, que a mudança linguística não é absolutamente mecânica e regular a curto prazo. Em qualquer estado real da língua, costumam coexistir formas de diversos estágios de evolução, apesar do fato de que a longo prazo normalmente no espaço de várias gerações - a mudança quase sempre acaba afetando todos os itens lexicais e todas as estruturas de um determinado tipo. Uma mudança pode ser limitada por um determinado contexto estrutural (por exemplo, as surdas se tornam sonoras entre vogais), mas neste contexto elas não admitem exceções. Isto é, a famosa "hipótese dos neogramáticos". Temos, portanto, um conflito aparente entre o curto e o longo prazo.

Idade e mudança linguística:
Nesta unidade, vamos examinar mais detalhadamente a questão da relação da mudança linguística com a idade do falante. No português atual do Rio de Janeiro, podemos apontar vários fenômenos em que a idade atua fortemente:

- - seu dele: Para se referir ao possessivo da terceira pessoa (exemplo: o livro delelo seu livro), os jovens de 25 anos ou menos estão usando pouquíssimo a forma seu para a terceira pessoa, preferindo reservá-la para a segunda pessoa;-nós/a gente: Os jovens estão evitando a forma nós e usando mais a gente,-ir. Os jovens estão evitando as regências ir a e ir para, preferindo ir em.

No caso dos fenômenos listados, e muitos outros, os falantes adultos tendem a preferir as formas antigas, criando uma situação estranha, pelo menos à primeira vista: existem pessoas que, apesar de estarem em interação constante (do tipo pai/filho), costumam falar de maneira distinta. Entretanto, isso não chega a comprometer a comunicação, já que ambos os lados são capazes de utilizar e entender todas as formas. Trata-se apenas de uma tendência em direção a outra forma. Com o correr do tempo, é provável que a forma nova seja adotada por todos.

Até aqui consideramos a mudança linguística - seja a curto ou a longo prazo - em função da comunidade ou grupos componentes da comunidade. Mas é o indivíduo quem fala - e quem muda ou deixa de mudar sua maneira de falar. No estágio atual da ciência da linguagem, não sabemos ao certo até que ponto a língua falada pelo indivíduo pode realmente mudar no decorrer dos anos. Existem duas posições teóricas, ambas sem evidência empírica convincente. A primeira posição - que podemos rotular de "clássica", já que é normalmente aceita por uma grande maioria de linguistas, desde os gerativistas até os sociolinguistas - postula que o processo de aquisição da linguagem se encerra mais ou menos no começo da puberdade e que a partir deste momento a língua do indivíduo fica essencialmente estável. Segundo esta posição, a gramática do indivíduo não pode sofrer mudanças significativas porque o acesso aos dispositivos cognitivos que possibilitam a sua manipulação (a chamada faculdade da linguagem) fica bloqueado, uma hipótese

que se apoia na psicologia desenvolvimentista. Quaisquer eventuais mudanças seriam apenas esporádicas: troca de uma palavra por outra, troca de pronúncia de uma palavra, etc.

Mudança em tempo aparente:
Sob a hipótese clássica, o estado atual da língua de um falante adulto reflete o estado da língua adquirida quando o falante tinha aproximadamente 15 anos de idade. Assim sendo, a fala de uma pessoa com 60 anos hoje representa a língua de quarenta e cinco anos atrás, enquanto outra pessoa com 40 anos hoje nos revela a língua de há apenas vinte e cinco anos. A escala em tempo aparente, obtida através do estudo de falantes de idades diferentes, é chamada "gradação etária". Ela corresponde, sempre sob a hipótese clássica, a uma escala de mudança em tempo real.

Podemos esquematizar essas escalas como se segue:

Idade atual (em anos)	Estado da língua (anos atrás)
70	55
60	45
50	35
40	25
30	15
20	5

Por exemplo, em uma gravação feita em 1990, a fala de uma pessoa então com 70 anos de idade representaria o estado da língua adquirida em 1935.

Um estudo muito detalhado usando o conceito de tempo aparente foi levado a cabo em Martha's Vineyard, uma ilha relativamente isolada situada perto da costa do estado de Massachusetts, nos Estados Unidos (Labov, 1972). O fenômeno em foco era a centralização do núcleo do ditongo/aw/(como nas palavras now, "agora"; out,

"fora"; round, "redondo"), que estava se deslocando da posição [a] (o primeiro a em casa), padrão na Nova Inglaterra, para a posição do [a] "shwa" (mais próximo do segundo a de casa), passando pelo [A] (do inglês but, "mas").

Classificando os sons impressionisticamente, sem a ajuda de qualquer aparelho eletrônico, Labov conseguiu distinguir quatro graus de centralização, denotados (aw)-0 (a posição mais baixa, correspondendo a [a]) até (aw)-3 (a posição mais alta, correspondendo a "shwa"). Na Figura 1, quatro páginas adiante, estão representadas as três posições centrais clássicas do alfabeto fonético, correspondentes à escala de quatro posições utilizada por Labov. A partir dos dados classificados de acordo com o esquema de Labov, podemos construir um índice de centralização para qualquer falante ou grupo de falantes: precisamos apenas calcular a média dos graus atribuídos às vogais produzidas e multiplicar o resultado por cem. Assim, um índice perto de zero significa que o falante (ou grupo) quase não centraliza, e um índice perto de 300 representaria uma produção quase sempre centralizada no grau mais alto.

A pesquisa em Martha's Vineyard revelou que os velhos estavam preservando mais a forma original não centralizada e os mais jovens estavam utilizando cada vez mais centralização, como se mostra na Tabela 1:

Tabela I- Mudança de (aw) em tempo aparente através de duas gerações em Martha's Vineyard (LABOV, 1972, p. 22)

Geração	Idade	Índice de (*aw*)
I (pais)	75+	22
	61-75	37
II (filhos)	46-60	44
	31-45	88

A tabela mostra uma tendência clara em termos de comunidade. A centralização está se espalhando com força e rapidez. No espaço de uma única geração, o grau médio de centralização já quadruplicou, passando de 22 a 88. A representação gráfica dos dados da Tabela 1 na Figura 2, três páginas adiante, mostra um padrão quase linear de diminuição de centralização com a idade.

O estudo dos indivíduos revela uma situação um pouco mais complexa já que as médias da Tabela I nivelam certas diferenças significativas. Os falantes mais velhos (de 80 anos de idade ou mais na época da pesquisa) praticamente usavam apenas o grau zero, o mais aberto da escala, com uma ou outra ocorrência esporádica do grau um. Já na faixa dos 60 anos de idade, os falantes estavam concentrados maciçamente no grau dois antes de consoante surda (ex.: out, "fora") e no grau zero ou um em outros contextos (ex.: round, "redondo"; now, "agora"). Na faixa de 30 anos de idade, o condicionamento já se tornava quase categórico: grau dois ou três antes de consoante surda; grau zero ou um nos demais contextos. Estes dados em tempo aparente retratam com impressionante detalhe o processo de mudança linguística em progresso, desde o começo (ocorrência esporádica de variantes mais altas) até a instauração do condicionamento categórico tão enfatizado pelos neogramáticos[1] (variantes mais altas antes de consoante surda, variantes mais baixas nos outros contextos)'. O que permite esta visão simultânea das diversas etapas do processo dinâmico de mudança é o congelamento do sistema linguístico do falante na época da puberdade, e é justamente este o postulado fundamental que subjaz à hipótese clássica do relacionamento entre mudança linguística e idade: o processo da mudança se espelha na fala das sucessivas faixas etárias.

O primeiro estudo aproveitando a técnica de tempo aparente foi feito no início do século passado por um jovem pesquisador (Gauchat, 1905) que visitou uma aldeia na Suíça e notou que nas palavras em que as pessoas mais velhas usavam a lateral palatal [2] (escrito lh em português), os mais jovens preferiam [y], enquanto os de meia-idade usavam ambos os sons. De maneira semelhante, onde os falantes de mais idade pronunciavam o som [0] (como na palavra inglesa think), os mais novos usavam [h], e os de meia-idade oscilavam entre uma variante e outra. Estas escalas em tempo aparente levaram o pesquisador a postular que os sons [2] e [0] estavam em processo de extinção no dialeto e que futuramente seus substitutos seriam [y] e [h]. Vinte e cinco anos mais tarde esta previsão foi confirmada, embora apenas parcialmente, por outro pesquisador (Hermann, 1929) que visitou a mesma aldeia. Hermann notou que [2] já havia praticamente desaparecido da fala local e concluiu que o processo de mudança previsto por Gauchat já estava concluído: todos os falantes, independentemente da sua idade, usavam apenas [y]. A variação entre [y] e [h], entretanto, ainda possuía pleno vigor, indicando que a previsão inicial de mudança neste caso não era correta. Os falantes que eram jovens em 1905 e preferiam [h], em 1929 estavam variando entre [y] e [h]. Em outras palavras, a

[1] Os "neogramáticos", ou "gramáticos jovens", constituíram um movimento na Alemanha ao final do século 19, alegando que a mudança fonética é um processo absolutamente regular que não admite nenhuma exceção (a não ser as exceções motivadas por analogia). A visão oposta, hoje conhecida como "difusão lexical", alega que cada palavra tem sua própria história e que é perfeitamente possível que determinado som, em determinado contexto, mude de maneira diferente, ou até que deixe de mudar, em cada palavra em que ocorre. Este debate continua atualmente. Na grande maioria dos casos, a posição dos neogramáticos parece correta para o longo prazo, enquanto a difusão lexical se verifica no curto prazo.

interpretação correta do status do som [y] era que se tratava de uma característica da fala de pessoas de faixa etária superior. Aparentemente, na medida em que os falantes iam chegando a esta fase da vida, iam adotando a variante apropriada à sua idade, contrariando a hipótese clássica de estabilidade linguística a partir da fase de puberdade.

Embora sem dúvida muito interessante, a hipótese clássica esconde algumas dificuldades. Em primeiro lugar, como acabamos de ver, nem toda variação na fala representa mudança linguística em progresso. Existem muitos outros casos bem conhecidos de variação estável, como a pronúncia do morfema -ing em inglês (ex.: walking, "andando"), que pode ser realizada como velar [1] ou dental [n], ou do fonema th, que pode aparecer como contínua [0, 0] ou oclusiva [d] (ex.: think, "pensar"; this, "este"). Estas variações já estão atestadas há vários séculos nas gramáticas da língua inglesa e continuam existindo hoje em dia em praticamente todos os dialetos do inglês falados no mundo inteiro, seja na velha Inglaterra, seja nos países de colonização inglesa desde a América até a Austrália. Não mostram qualquer evidência de perda de vitalidade, apesar do passar dos séculos.

A média do grau de realização de uma variação estável, tal como a mudança em progresso, pode depender da faixa etária do falante. Entretanto, neste caso não costuma aparecer o padrão quase linear da Figura 2 mas um padrão curvilinear em que os grupos extremos os jovens e os velhos - apresentam o mesmo comportamento, contrastando com a população de meia-idade. Por exemplo, um estudo da variável (ng) através do tempo aparente em Norwich, na Inglaterra, revelou (Chambers & Trudgill, 1980) o padrão da Figura 3, três páginas adiante. Neste gráfico, a variável linguística (ng) é representada através de uma média de grau de dentalização, onde os números mais altos significam uma produção mais concentrada em realizações dentais, às custas da velar da língua standard. Os dados nos mostram um aumento do uso da velar standard no momento do ciclo da vida em que diminuem pressões sociais do círculo imediato de amizades do adolescente e aumentam os contatos ditados por necessidades profissionais ao entrar efetivamente no mercado de trabalho. Nesta nova etapa da vida, os valores da sociedade começam a se impor e o círculo social se alarga com os novos contatos. Finalmente, ao se retirar do mercado de trabalho quando da aposentadoria, as pressões da sociedade e do mercado deixam de agir.

As conclusões a que chegamos através da análise da Figura 3, bem como da variação entre [y] e [h] na Suíça, contradizem frontalmente a hipótese clássica: acabamos de concluir que o falante muda a sua língua no decorrer dos anos enquanto a hipótese clássica pretende a estabilidade da língua depois da puberdade.

Tempo aparente versus tempo real:
A questão que se coloca naturalmente é: "qual é a posição certa?" Infelizmente, o problema é até mais complexo do que parece à primeira vista, porque temos que levar em conta não apenas o indivíduo, mas também a comunidade em que se insere. Em relação ao sistema linguístico, a visão clássica prevê a estabilidade do falante (após a puberdade), mas a instabilidade da comunidade com o correr do tempo. Na medida em que o falante vai mudando de faixa etária, muda a distribuição das variantes na comunidade. De acordo com esta visão de estabilidade ao nível do indivíduo, daqui a vinte anos, por exemplo, os falantes de 70 anos de idade então estarão falando como os de 50 anos hoje, e não como os de 70 anos hoje. A outra possibilidade que estamos considerando admite que o sistema linguístico do indivíduo muda, mas não o da comunidade. Em nosso exemplo, daqui a vinte anos, os falantes de 70 anos de idade terão o mesmo sistema que os de 70 anos hoje, apesar de terem que mudar os seus padrões linguísticos durante o intervalo de vinte anos entre os 50 e os 70 anos de idade.

Para estabelecer os fatos, seriam necessárias extensas pesquisas empíricas sobre o comportamento tanto do indivíduo como da comunidade durante várias gerações. De fato, vários grupos de pesquisadores ao redor do mundo, inclusive os grupos PEUL, NURC e outros no Brasil estão empenhados em obter dados sobre a situação de diversas línguas neste momento. Ainda não temos muitas respostas; entretanto, os resultados obtidos até o momento apontam para uma terceira possibilidade: o indivíduo muda com o correr do tempo, mas não atinge precisamente a mesma posição em que estão os falantes mais velhos hoje. Pelo contrário, a tendência é exceder esta marca, indo na direção da deriva e assim implementando a mudança linguística.
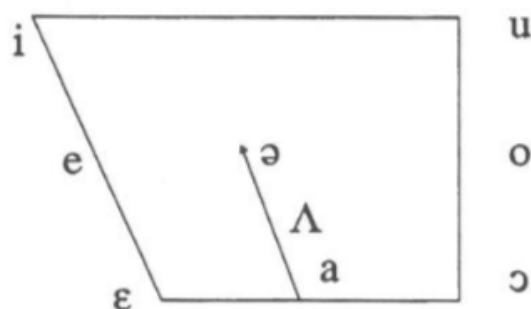
Figura 1- O trapezoide das vogais: a flecha indica a direção de movimento do primeiro elemento de (aw).
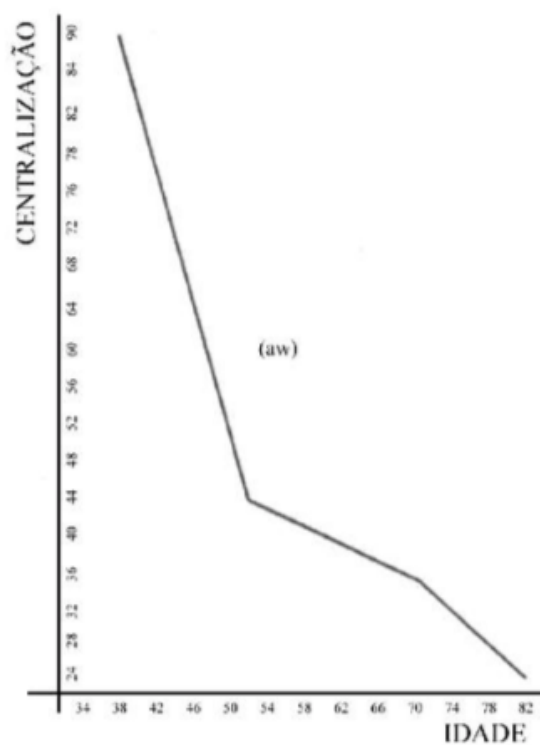
Figura 2

Índice de centralização por nível de idade		
Geração	Idade	(aw)
Ia	+ de 75	22
1b	61-75	37
11a	46-60	44
11b	31-45	88
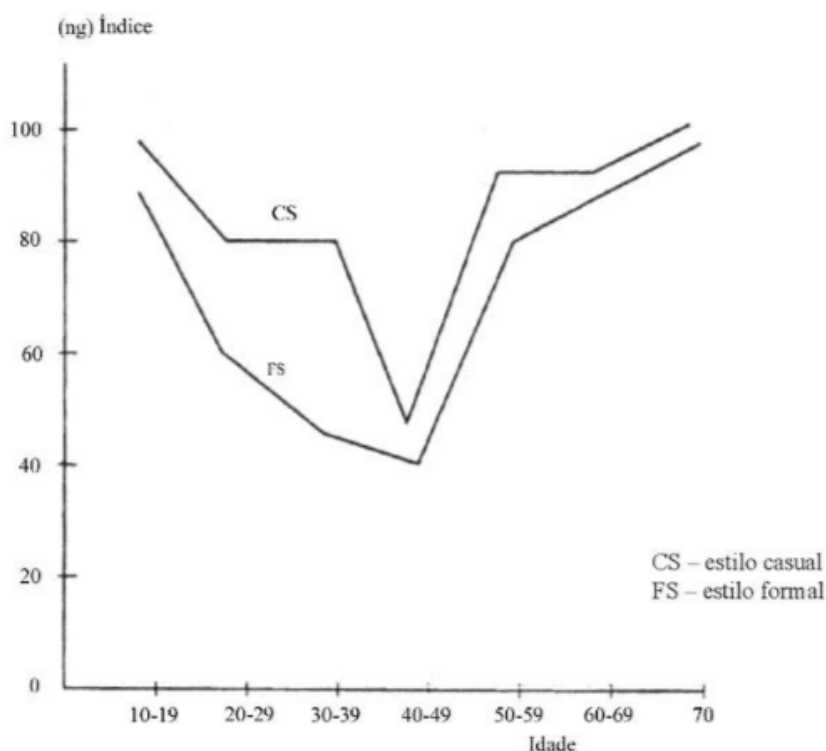
Figura 3- (ng) em Norwich por idade e estilo.

3. Relevância das variáveis não linguísticas
Maria Cecilia Mollica

Efeito de agentes externos:
Como já sabemos, a variação linguística é uma das características universais das línguas naturais que convive com forças de estabilidade. Aparentemente caótica e aleatória, a face heterogênea imanente da língua é regular, sistemática e previsível, porque os usos são controlados por variáveis estruturais e sociais. Eles podem ser agentes internos e externos ao sistema linguístico. Das variáveis externas ou não linguísticas, registram-se os marcadores regionais predominantes em comunidades facilmente identificadas geograficamente, em simultaneidade a indicadores de estratificação estilístico-social, de forma que a variação projeta-se num contínuo em que se podem descrever tendências de uso linguístico de comunidades de fala caracterizadas diferentemente quanto ao perfil sociolinguístico. As variáveis, tanto linguísticas quanto não linguísticas, não agem isoladamente, mas operam num conjunto complexo de correlações que inibem ou favorecem o emprego de formas variantes semanticamente equivalentes. Por exemplo, agentes como escolarização alta, contato com a escrita, com os meios de comunicação de massa, nível

socioeconômico alto e origem social alta concorrem para o aumento na fala e na escrita das variedades prestigiadas, admitindo-se que existam pelo menos o padrão popular e o culto.

Questões e debates:
São bastante avançados os estudos que correlacionam as variáveis sexo/ gênero, idade, escolaridade e classe social, dentre outras, a fenômenos de uso na fala e na escrita. Mesmo assim, não nos parece ainda possível dar como concluída a discussão acerca de um efeito padronizado dessas variáveis sociais com vistas a responder a algumas questões, a saber: a) o grau alto de escolarização concorre para um comportamento linguístico ajustado ao padrão culto? b) o gênero feminino é mais conservador do ponto de vista da norma? c) há uma relação entre estigmatização sociolinguística, status e mobilidade social? d) qual o impacto da mídia sobre a variação linguística? Esses e outros pontos são problematizados quando correlacionamos variáveis não linguísticas a fenômenos de variação. Neste livro apenas alguns são focalizados.

Já nos idos dos anos 1960 e 1970, Labov (1972) investigou o efeito de diversos fatores sociais dessa natureza sobre traços do inglês padrão e não padrão, dedicando-se sobremaneira a demonstrar que o Black English vernacular, variedade extremamente estigmatizada, sofre preconceito em razão de pressões étnicas, escolarização e classe social. Sankoff, Kemp & Cedergren (1978) demonstraram que escolarização, valor de mercado de formas discursivas e status profissional dos falantes são relevantes para determinar o grau negativo ou positivo de marcação social das alternativas linguísticas: falantes com maior cotação no mercado linguístico tendem a lançar mão de estruturas de maior prestígio. As contribuições de Laberge (1977), Clermont & Cedergren (1979) e os trabalhos de Kemp (1979 e 1981) consolidaram resultados a favor da tese de que empregos linguísticos prestigiados acham-se preferencialmente em indivíduos com prestigio social alto.

A escolarização tem sido testada amplamente para se verificar o seu grau de influência sobre os falantes quanto à apropriação da norma de prestígio. Num painel bem amplo apresentado em Silva & Scherre (1996), três tendências foram observadas quanto ao efeito da escolarização sobre as formas padrão, próprias a estilos e gêneros mais formais.

a) Podem ocorrer casos em que os falantes entram na escola oscilando entre um grande e um pequeno uso da variante padrão, a escola "poda" a criança que não se amolda ao sistema de ensino. (...) Nesses casos, trata-se de variantes estigmatizadas pela escola, que chegam a ser sistematicamente corrigidas.

b) Em outros casos, em que a maioria dos falantes entra na escola sem usar a variante padrão, esta é adquirida durante sua escolarização sem que desapareça, porém, a variante não padrão. Enquanto no primeiro ano escolar só há individuos que tendem a usar a variante não padrão, nos últimos anos escolares há falantes que tendem a usar ambas as variantes. (...) Algumas variantes não padrão não chegam a ser estigmatizadas pela escola, não sendo objeto de correção.

c) Finalmente, uma terceira modalidade ocorre quando os falantes entram na escola apenas com a variante que se considera não padrão, mas, paulatinamente, substituem essa variante pela considerada padrão (SILVA & SCHERRE, 1996, p. 346, 348-349).

Bortoni também tem observado a ação decisiva que atividades de letramento podem ter sobre os alunos, mesmo que sejam práticas de base inteiramente intuitiva por parte dos professores.

(...) os padrões de mudança de código e de intervenções dos professores estão associados a estratégias intuitivas que estes desenvolveram com base em seu sistema de crenças sobre o letramento. Entendemos que as estratégias intuitivas usadas por eles podem contribuir para a implementação de uma pedagogia culturalmente sensível e para que isso se torne mais efetivo recomendamos que se lhes proporcione acesso a informações sistemáticas de Sociolinguistica (BORTONI, 1994, p. 92).

Sobre o português brasileiro, os resultados até então observados para verificar-se a pertinência da relação entre estigmatização linguística e prestígio social apontam, de maneira diferenciada, a importância da cotação de mercado da forma linguística. De acordo com Bourdieu (1977), as manifestações linguísticas recebem um valor do que ele denominou "mercado linguístico", aliado a renda, sexo, faixa etária e nível escolar do falante. O efeito da mídia sobre as variantes de prestígio tem despertado interesse e tem sido objeto de estudo para verificar-se até que ponto há influência dos meios de comunicação nos comportamentos linguísticos (cf. Naro & Scherre, 1996).

As evidências estatísticas na referida coletânea sugerem que renda, valor de mercado, mídia e sensibilidade linguística, conjuntamente com outros parâmetros, podem ser bons indicadores sociais. Alguns resultados servem de comprovação de que a variável mercado se mostra relevante, pois demonstram que, quanto maior a cotação na escala do mercado ocupacional, maior a chance de haver ajuste à norma padrão com relação à concordância nominal, por exemplo, fenômeno inegavelmente marcado socialmente.

A questão, em princípio, poderia ser simples se todas as evidências revelassem uma correlação constante e regular entre estruturas linguísticas standard, prestigiadas, de alto valor no mercado linguístico, diretamente proporcional a grau alto de consciência linguística, em indivíduos mais velhos e escolariza- dos, de classe socioeconômico-cultural alta. Isso posto como verdade absoluta, esperar-se-ia o emprego de estruturas padrão dos grupos mais escolarizados e mais sensíveis à diversidade linguística em relação à necessidade de adequação dos usos alternativos em estilos e gêneros de grau diferenciado de formalidade tanto na fala quanto na escrita. A realidade é, contudo, muito mais complexa.

O uso da forma seu, alternando-se com a forma dele, para indicar o possuidor na terceira pessoa, acha-se em extinção na fala do PB, no entanto é standard, de tradição literária e altamente prestigiado, como bem demonstrou Silva (1982), num trabalho que examina as atitudes linguísticas em diversas classes socioculturais. Em relação ao uso, os falantes classificados como mais conscientes e de renda mais alta apresentam maior número de empregos da forma prestigiada. Contraditoriamente, as variáveis mídia e mercado ocupacional não exercem influência sobre o uso da forma seu.

Por razões funcionais, a forma dele (desambiguadora) vem se sobrepondo amplamente à forma seu entre os falantes de maior nível social e cultural e está sendo inclusive veiculada na mídia, ainda que contrarie os ditames do padrão culto, faça parte do imaginário dos falantes como a forma recomendada e seja trabalhada na escola. Esse exemplo é extremamente útil para a nossa reflexão, fornecendo elementos concretos para a constatação ainda mais contundente da complexidade do efeito de indicadores sociais sobre o perfil sociolinguístico dos falantes.

Numa sociedade tão complexa como a constituída pelos falantes do PB, podemos pensar em inúmeros indicadores sociais, seja de exclusão e inclusão, seja de estabilidade e mobilidade social. Origem social, renda, acesso a bens materiais e culturais são alguns deles, assim como tipo de ocupação, grau de inserção em redes sociais e outros.

Algumas considerações:
Como podemos vincular as questões linguísticas sucintamente expostas com fatores e barreiras de exclusão e mobilidade social? A apropriação da cultura letrada e a utilização adequada de recursos linguísticos são suficientes para indicar o espaço que os indivíduos ocupam na escala social e/ou determinar mobilidade social?

Se há dúvidas quanto a alguns dos indicadores aqui mencionados como identificadores e determinadores de status social, há outros sobre os quais há consenso absoluto e que já são de senso comum. A fome, condições subumanas no que se refere à habitação, saúde, educação são barreiras intransponíveis e constituem impedimentos aos indivíduos à cidadania plena. Sabemos que o Brasil convive com esses agentes em diferentes graus a depender da localidade em nosso território.

Segundo o último Censo, os indicadores sociais apresentam-se mais positivos. No entanto, a concentração populacional nos grandes centros urbanos tem concorrido para que um grande universo de pessoas mantenha-se na linha da miséria, embora os índices apontem melhoria para os brasileiros quanto à expectativa de vida, renda, saúde e escolaridade. Contudo, isso não tem sido suficiente para promover distribuição mais justa de riqueza no país, para diminuir a violência e a mortalidade infantil, para melhorar a qualidade de nosso ensino.

8. Relevância das variáveis linguísticas
Vera Lúcia Paredes da Silva

Introdução:
Ao estudar a língua em uso numa comunidade, defrontamo-nos com a realidade da variação. Os membros da comunidade são falantes homens e mulheres de idades diferentes, pertencentes a estratos socioeconômicos distintos, desenvolvendo atividades variadas, e é natural que essas diferenças, identificadas como sociais ou externas, atuem na forma de cada um expressar-se.

Coletando seus dados em situações reais de comunicação, a Teoria da Variação Linguística capta exemplares da língua em uso num contexto social e pode dirigir, assim, seu foco de interesse imediato para esses condicionamentos externos. É o que se verifica nos primeiros trabalhos de Labov sobre a centralização de ditongos em Martha's Vineyard e sobre a pronúncia do /r/ em Nova York (Labov, 1972).

É certo que, de início, os fenômenos escolhidos para análise pelos variacionistas, envolvendo principalmente diferenças de pronúncia, eram bem marcados socialmente. É certo ainda que, ao lado dos aspectos sociais, sempre se investigou a influência de variáveis (ou grupos de fatores) internos, isto é, de natureza linguística (fonológicos, morfofonológicos, sintáticos, semânticos, etc). Mas a primazia dos fatores sociais tinha uma justificativa adicional: assinalava uma postura teórica oposta à idealização gerativista e mostrava o comportamento de um falante/ouvinte real, numa comunidade linguística longe de ser homogênea. Desenvolvia-se, assim, uma Sociolinguística precisa, rigorosa: em sintese, científica,

apoiada nos métodos de análise quantitativa introduzidos por Labov (1969) e refinados por Cedergren e Sankoff (1974).

Os primeiros trabalhos variacionistas tratavam de fenômenos morfofonológicos, nos quais a premissa básica da variação que as duas ou mais formas alternantes ocorram no mesmo contexto, com o mesmo significado - podia ser mantida com certa confiabilidade. Além disso, a exigência de um grande número de ocorrências para a análise era facilmente cumprida. Afinal, numa amostra de fala encontram-se mais sons/fonemas do que qualquer outra entidade linguística.

Natural também, nesse tipo de estudo, que entre os fatores internos, os de natureza fonológica prevalecessem. Na verdade, alguns deles não traziam propriamente novidade. Verificar a influência do segmento fônico precedente ou subsequente, ou o papel da sílaba tônica na flutuação de pronúncia de um fonema já era investigação levada a cabo nas análises estruturalistas. Outros conceitos foram introduzidos pelos variacionistas, como o de saliência fônica, que se mostrou produtivo em muitos trabalhos. A maior novidade, porém, consistia em quantificar essas noções, aferindo com precisão o peso de cada tipo de condicionamento, uma vez codificadas todas as ocorrências e aplicado o modelo de cálculo estatístico.

Segundo Silva-Corvalán (1986), o sucesso dos estudos de variação fonológica de orientação laboviana motivou os sociolinguistas a aplicar os mesmos métodos e técnicas à análise de casos de variação na sintaxe. Parecia, à primeira vista, uma evolução natural na aplicação do modelo. Se se encontra variação sistemática e quantificável no campo da fonologia, por que não estender sua procura à sintaxe, à semântica e até ao discurso?

Logo a questão se revelou bem mais complexa, a começar pela dificuldade na obtenção de um número significativo de dados para a análise: é consenso que há menos variação na sintaxe do que na fonologia, no sentido não só de menos ocorrências de um mesmo fenômeno, mas também de menor variedade de fenômenos. Além disso, neste campo, a questão das diferenças de estilo se torna mais dificil de controlar.

A questão do significado:
Um ponto demonstrou ser o mais polêmico na abordagem da variação em fenômenos não fonológicos: a manutenção do significado nas formas alternantes. Será possível cumprir essa exigência quando o que está em jogo são construções sintáticas, por exemplo?

Esta discussão foi enriquecida pela troca de artigos entre Labov e sua ex-discípula Beatriz Lavandera. Esta assume uma atitude crítica quanto à possibilidade de

variação fora do nível fonológico (Lavandera, 1984). É que, saindo deste plano das unidades mínimas não significativas, vamos encontrar necessariamente um significado associado a cada forma. Segundo Lavandera, isso representaria um obstáculo ao cumprimento da exigência de formas alternantes de dizer a mesma coisa.

Como ilustração, tomemos um par de construções tradicionalmente relacio-
nado nas gramáticas - a ativa e a passiva correspondente. Weiner e Labov (1983) declaram estar convencidos de que optar por uma ou outra é uma escolha sintática. Admitem haver diferença de "foco ou ênfase", mas, em última instância, julgam que ambas acabam por se referir a um mesmo estado de coisas. Embora reconhecendo haver contextos em que as interpretações semânticas de ativa e passiva se afastem, segundo os autores tais contextos deverão representar apenas uma parcela do total de usos, não invalidando a procura de restrições gerais para a escolha entre as duas, isto é, de grupos de fatores capazes de influenciar essa escolha.

Ainda em torno da questão, consideremos a ordem de palavras, em frases como:

1- O trem chegou.
2- Chegou o trem.

Até que ponto se pode dizer que a mudança na colocação do sujeito não afeta o significado das frases? Novamente, se nos restringirmos ao valor referencial das duas proposições (aqui descontextualizadas), poderemos encontrar equivalência: trata-se de um processo (chegar) relacionado à mesma entidade (o trem). Mas que dizer da diferença de foco de informação?

Para Labove Weiner, na passiva (e em outros fenômenos como a ordem, por exemplo), o que está em jogo é a manutenção do valor de verdade, do significado referencial, podendo haver, portanto, um tratamento variacionista dos fenômenos. Enquanto os autores operam com uma noção de significado mais estrita, Lavandera, ao contrário, vai propor o enfraquecimento da condição de equivalência semântica, substituindo-a pelo que chama de "comparabilidade funcional". Esta diferença de pontos de vista tem consequências na definição daquilo que se toma como variável dependente a ser estudada. Na perspectiva de Lavandera, frases como:

3- Está frio aqui.
4- Como você consegue ficar sem casaco?
5- Por favor, feche a janela.

que podem traduzir a mesma intenção comunicativa, admitem ser tratadas como variantes de uma mesma variável. Não na perspectiva de Labov, já que a exigência de mesmo significado referencial não estaria sendo cumprida.

Por sua vez, a análise variacionista tem como lidar com essas diferenças associadas a matizes semânticos ou a propriedades discursivo-pragmáticas[2] do tipo das que parecem ocorrer na passiva ou em alguns casos de ordenação de elementos, como os exemplificados. Elas sempre podem ser controladas através dos fatores postulados como correlacionados ao fenômeno. Assim, por exemplo, podemos proceder a uma classificação dos referentes como veiculadores de informação nova ou velha e testar seus efeitos na mudança de ordem, buscando a existência da correlação (cf. capítulo 12, "Variáveis discursivas sob a perspectiva da Teoria da Variação").

Neste caso, o importante é distinguir se, de fato, o traço semântico ou discursivo em questão se apresenta como uma das variáveis associadas à variação em causa ou nem chega a haver propriamente alternância, atuando aquela característica no sentido de determinar uma escolha. No último caso, acaba por se definir uma distribuição complementar entre as construções supostamente alternantes, já que não se encontram em variação num mesmo contexto. Essa é, por exemplo, a postura adotada por Naro e Votre (1986) para a ordem Sujeito-Verbo/Verbo-Sujeito. Propriedades relacionadas à distribuição do fluxo da informação, ao caráter central ou periférico de um referente para a narrativa, determinam a escolha de uma ou outra ordem e impedem o tratamento variacionista clássico, segundo os autores.

A questão do contexto:
As colocações acima tocam em outra questão de interesse para a teoria, decorrente em parte da ampliação do objeto de estudo para além da fonologia, em parte dos avanços da ciência linguística. Trata-se, agora, da exigência de que as formas variantes ocorram num mesmo contexto. No que diz respeito a fenômenos sintáticos, autores de tendências distintas (Bentivoglio, 1987; Klein-Andreu, 1983; Kroch, 1983) têm assinalado a necessidade de estudá-los em seu contexto discursivo, e não apenas em sentenças isoladas. No caso dos variacionistas, entretanto, não se trata de uma simples recomendação, mas de uma exigência teórica. Lembremos de nosso postulado inicial: além da manutenção do significado, é necessária a identidade de contextos para que duas ou mais variantes possam ser atribuídas à mesma variável.

A propósito, Bentivoglio (1987, p. 14) pergunta até que ponto se pode

[2] Chamo de discursivo-pragmáticos os fatores que levam em conta não só a organização discursiva, mas o contexto de enunciação e a interação emissor-receptor.

permitir que os contextos difiram. Levaremos em conta apenas as orações em que ocorre o fenômeno? Ou também as precedentes e subsequentes? E o gênero de discurso não importará? Desse modo, reconhece que, em sintaxe, "se quisermos encontrar contextos iguais tal como fazemos em fonologia, deveríamos renunciar antes de começar".

Outro ângulo da questão, quando se trabalha com uma variável discursiva, é estabelecer o conjunto das formas variantes, isto é, caracterizar o que se convencionou chamar de "envelope da variação". Consideremos, por exemplo, o deslocamento de um SN para o início da frase. A que vamos contrapô-lo? À sua permanência na ordem não marcada. Mas apenas quando explícito? Ou quando ausente também?

Vejamos ainda os chamados marcadores discursivos (do tipo aí, assim, sabe?, etc). Uma vez identificados os contextos em que cada um deles costuma aparecer, será lícito computar as ausências? Caberá buscarmos que diferenças estruturais envolvem essas diferenças de intenções comunicativas?

Essas questões podem tornar difícil a própria decisão do que tomar como a variável dependente, isto é, o conjunto das variantes sob análise.

Por esse motivo, tem surgido entre os pesquisadores uma nova tendência: em vez de tomar por base para a análise um fenômeno de contornos gramaticais bem definidos (o plural no verbo, por exemplo), tem-se ampliado o campo de investigação para domínios mais abrangentes. Por exemplo, procura-se investigar como um mesmo processo se manifesta através de expressões distintas, muitas vezes pertinentes a diferentes níveis linguísticos. É o caso do estudo da indeterminação, processo que faz uso de diversos mecanismos linguísticos para manifestar-se, perpassando por diferentes níveis linguísticos-a flexão do verbo, o uso do pronome se como indeterminador, o recurso às formas você ou a gente e mesmo a expressão lexical com itens como as pessoas, o sujeito, o cara. Desse modo, é como se estabelecêssemos não apenas uma escolha entre duas alternativas, mas uma escala de possibilidades para aquilo que poderíamos chamar de um domínio funcional, e aí estudar a variação. Neste caso, o significado referencial seria preservado, mas a questão do contexto exigiria um cuidado especial, ao levar em conta a situação discursiva.

Considerações finais:
Como se vê, a questão do significado e a questão do contexto estão imbricadas. Por sua vez, as análises variacionistas aplicadas a fenômenos sintáticos ou discursivos têm impulsionado a busca de soluções para os problemas apontados. Além disso, o crescente avanço de abordagens como as da linguística textual e da linguística

funcional tem permitido refinar as variáveis de natureza discursiva. Algumas delas (status informacional, contraste, conexão discursiva etc.) têm sido aplicadas com sucesso ao estudo de vários fenômenos (cf. capítulo 12, "Variáveis discursivas sob a perspectiva da Teoria da Variação").

As questões linguísticas anteriormente apresentadas, na medida em que desafiam os pesquisadores a encontrar novas soluções, acabam por atrair mais e mais a atenção dos variacionistas para os fatores internos, ultrapassando o interesse pelos fatores sociais convencionais, já estabelecidos e/ou mais testados. Esta é, aliás, uma crítica feita por alguns autores a Labov, que, em beneficio dos fatores internos, teria havido o sacrificio do componente social. Nossa ótica, no entanto, é outra: não há perda do social, há ganho com fatores internos mais elaborados.

Essa mudança de perspectiva se deveu também à constatação, validada por análises empíricas de diferentes fenômenos não fonológicos, de que nesses fenômenos não se encontram com a mesma facilidade as correlações entre os fatores sociais e as variáveis investigadas. Em outras palavras, os fenômenos não fonológicos têm-se mostrado menos sujeitos à influência dos fatores externos.

Isso não deve sugerir, entretanto, que abandonemos a priori as considerações de cunho social. Elas devem continuar sendo investigadas em nossas análises de fenômenos não fonológicos. Talvez nosso maior cuidado deva ser o de distinguir, para um fenômeno não fonológico, o peso das influências provenientes dos níveis sintático, semântico e discursivo-pragmático, antes de atribuí-las a possíveis diferenças sociais.

Finalmente, é preciso ressaltar que as dificuldades apontadas ao longo deste capítulo não impediram os avanços da Teoria Variacionista. Ao contrário, ao colocar no centro do debate os fatores internos, levaram a um aprofundamento de questões de natureza teórica, assim enriquecidas através das discussões dos trabalhos empíricos. Isto tem permitido estender a precisão da metodologia variacionista a áreas do conhecimento linguísticos inicialmente não imaginadas.

Chambers (1995) julga que classe social é o aspecto mais marcado linguisticamente nas nações intensamente industrializadas e a estratificação social pode ser observada com base em indicadores ocupacionais, educacionais e econômicos. Para o autor, nos círculos sociais mais fechados e localizados, temos as redes sociais da família, da vizinhança, do clube e de outros locais de identidade. Há índices mais objetivos de classe social, outros de caráter bem subjetivo. Em seus estudos, Trudgill (1974) oferece índices detalhados para demarcar classe social, tal como localidade, tipo de casa etc. Note-se ainda que mobilidade social pode ficar ao

sabor da avaliação das pessoas e submeter-se à constituição de estereótipos, como a categoria de nouveau riche.

Nem sempre variedades de prestígio, com alta cotação de mercado, são necessariamente assimiladas pelos falantes. Há casos que, por razões outras, constituem mudança em curso e, por isso, os padrões linguísticos devem ser compreendidos também pela sua natureza dinâmica. Esse é um dos motivos pelos quais não necessariamente os movimentos dos indivíduos na direção de ascenção social redundam na apropriação de recursos linguístico-discursivos monitorados.

Estudos pioneiros no Brasil no âmbito do PEUL (Programa de Estudos sobre os Usos da Língua), citados e sucintamente mencionados em Paiva & Scherre (1999), procuraram correlacionar a utilização de construções prestigiadas e não prestigiadas com variáveis como bens materiais, bens culturais, origem social. Os resultados não foram tão surpreendentes quanto se esperava, o que pode significar que essas categorias não são mensuráveis por critérios linguísticos ou são subcategorias que representam pré-condições a uma trajetória mais custosa e/ ou mais longa que o indivíduo tem que percorrer no eixo vertical da estratificação social, durante a qual a língua é uma das propriedades no conjunto de propriedades que compõe finalmente o patrimônio social de uma pessoa.

"A busca de variáveis sociais não convencionais para o entendimento da variação linguística numa sociedade tão complexa como a brasileira, em que a categorização por classe social segundo parâmetros como renda, local de moradia, escolarização e profissão não é claramente delimitada, tem motivado o controle de aspectos mais sutis da ambientação material e cultural dos individuos e do seu grau de integração aos valores veiculados pelos meios de comunicação de massa. Concebidas na forma de escalas que controlam a relação quantitativa e qualitativa dos falantes com os produtos culturais (como midia televisiva e escrita, cinema, teatro e outros) sua posse de bens materiais disponíveis no mundo moderno (apartamentos, carros, telefones, viagens etc.) e suas expectativas em relação ao futuro, variáveis como bens materiais, bens culturais e motivação vêm insinuando uma outra forma de exame de variação sociolinguistica. (...) Conjugadas com as variáveis mais convencionais, como idade, sexo e escolarização, essas variáveis mais refinadas permitem detectar tendências divergentes no interior da mesma comunidade de fala. (...) Revela-se, portanto, estreita correlação entre a complexidade social e os processos de variação." (PAIVA & SCHERRE, 1999, p. 220-21).